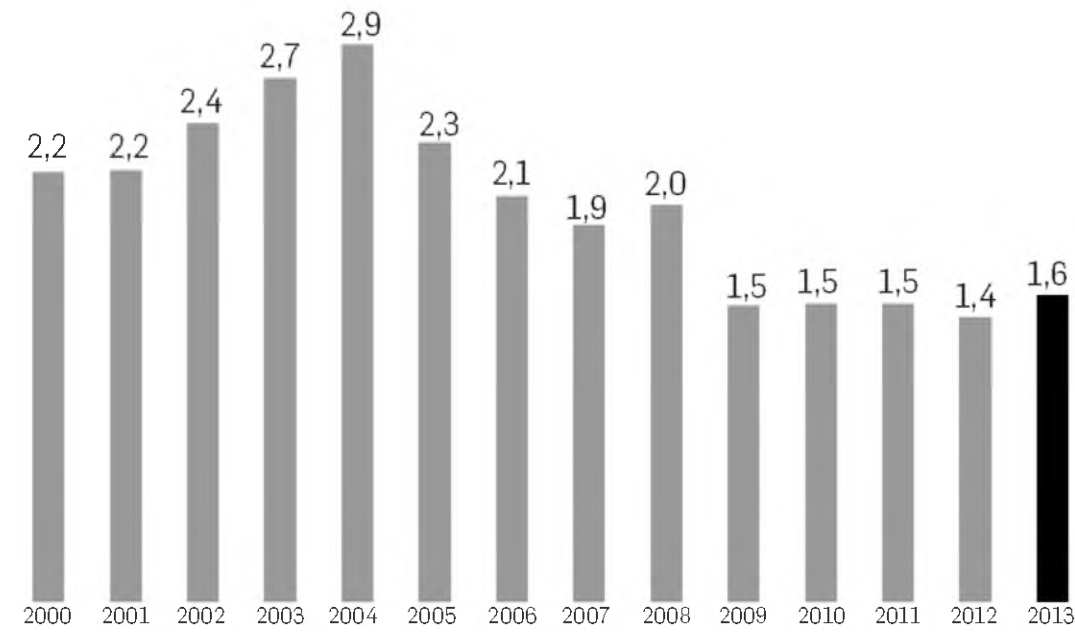


ESTIMATIVAS

● Tendência de queda das emissões de gases do efeito estufa (CO₂e) foi revertida em 2013

Emissão de CO₂e

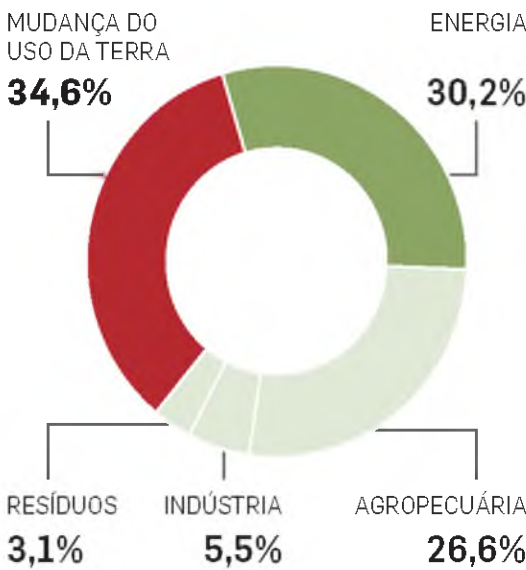
EM BILHÕES DE TONELADAS



*Estimativa de 2012, em CO₂e

FONTE: OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Setores que emitiram gases de efeito estufa em 2013



Processos que mais emitem gases*

Mudança do uso da terra



Energia



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Após 9 anos, volta a crescer emissão de gás de efeito estufa

Entre os motivos para o avanço de 7,8%, 1º no País desde 2005, estão desmatamento na Amazônia e no Cerrado e uso de termelétrica

Fábio de Castro



Após nove anos, as emissões de gases de efeito estufa cresceram em todos os setores no Brasil, atingindo 1,57 bilhão

de toneladas de CO₂ em 2013 – aumento de 7,8% em relação ao ano anterior. Essas são as conclusões da edição 2014 do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima.

De acordo com Carlos Rittl, secretário-geral do Observatório do Clima – rede que reúne 35

organizações não governamentais –, os dados mostram que houve uma reversão da tendência, que era de queda desde 2005. Houve aumento das emissões nos cinco setores estudados: mudança de uso da terra – ligado à devastação de florestas –, energia, agropecuária, indústria e resíduos. “O setor que mais contribuiu para esse qua-

dro, com um aumento de 16,4% das emissões, foi o de mudanças do uso da terra, sob o impacto do aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado”, disse Rittl.

Em segundo lugar, de acordo com ele, vem o setor de energia, que teve aumento de 7,8%. “Esse crescimento foi influenciado pelo aumento no uso de energia termelétrica, dos investimentos em fontes fósseis e do consumo de gasolina e diesel para transporte”, declarou.

Em 2013, o setor de mudança de uso da terra foi também responsável por mais de um terço das emissões, 35%. O setor de energia aumentou a participação para 30% das emissões, seguido por agropecuária (27%), processos industriais (6%) e resíduos (3%).

A edição 2014 do SEEG também fez estimativas de emissões por Estado. Os maiores emissores foram Pará (11,2%), Mato Grosso (9,4%), São Paulo (8,5%) e Minas (7,5%). Especificamente no setor de mudanças do uso do solo, São Paulo lidera as emissões, com 12,9%, segui-

do por Minas Gerais (9,8%) e Rio Grande do Sul (7,2%).

Para Rittl, o aumento das emissões já era esperado. “No ano passado, tivemos aumento de 29% do desmatamento na Amazônia, o que não é nada desprezível. Ao mesmo tempo, registramos um crescimento do uso de energia de fontes fósseis. Infelizmente, nossa expectativa se concretizou”, disse.

Segundo Rittl, o aumento das emissões mesmo em um período de baixo crescimento econômico indica que houve um relaxamento do controle de desmatamento, “Também contribuíram com esse quadro as mudanças no Código Florestal e os investimentos em matrizes fósseis de energia, que vão na contramão das diretrizes para uma economia de baixo carbono.”

Aumento previsto. Em análise dos dados do SEEG feita em agosto, o Observatório do Clima já detectara que o período de redução das emissões no Brasil poderia estar chegando ao fim. Segundo Rittl, entre 2004 e 2012, as emissões caíram pela

metade no Brasil, graças à queda de mais de 70% nas taxas de desmatamento da Amazônia naquele período.

Mas, enquanto isso, houve aumento de emissões em outros setores. “A drástica redução do desmatamento na última década parece ter criado uma zona de conforto que mascarou o crescimento persistente nos outros setores e levou a um relaxamento da proteção das florestas”, disse o secretário-geral.

Segundo ele, a participação das fontes renováveis na matriz energética caiu de 48% para 41% nos últimos cinco anos. “Desde 2009, quando o Brasil lançou metas de redução de emissões até 2020, não se fez nenhum esforço para colocar nossa economia em uma trajetória sustentável”, afirmou.

O Ministério do Meio Ambiente afirmou que a metodologia do SEEG é diferente da oficial. “O Brasil, assim como os países da Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, segue as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.”